

Versão *Congresso* Nacional

Política do governo com três pontas

O ministro Leitão de Abreu coordenará a ação das lideranças do governo no Congresso, o senador José Sarney cuidará das relações interpartidárias para facilitar as negociações de nível político nacional e o ministro Ibrahim Abi-Ackel terá a seu cargo a articulação dos governadores e a responsabilidade pelos assuntos que digam respeito ao entendimento entre o Poder Central e a Federação.

Essa seria a distribuição de atribuições entre os três vértices da coordenação política do governo, a partir da inauguração dos trabalhos do Congresso e da posse dos novos governadores. Não é uma divisão de tarefas impostas de cima para baixo ou acordada em reuniões com o presidente Figueiredo; trata-se, por assim dizer, de uma concordata preventiva entre os responsáveis pela política do governo, à falta de uma diretriz mais efetiva.

Como o governo é por natureza descentralizador, não há porque esperar que o presidente da República conclame um dos seus auxiliares e o atribua da missão de coordenar politicamente o seu governo.

Essa delegação de poderes só havia sido dada ao então ministro Golbery do Couto e Silva porque ele tinha desempenhado o mesmo papel durante o governo Geisel, tornando-se naturalmente o centro de polarização das decisões político-institucionais ao longo dos meses como ministro do governo Figueiredo.

Agora, não existe a figura do coordenador central mesmo porque o presidente da República não poderia transformar o seu ministro-chefe do Gabinete Civil, há anos dedicado às lides judiciárias, de um momento para outro em formulador principal da política do governo. O ministro Leitão de Abreu cumpriu todo um período de adaptação à nova configuração do Poder Central, bem diversa daquela do governo Médici, do qual foi o principal articulador. Somente agora, com a possibilidade de iniciar um trabalho com um Congresso renovado, e com lideranças escolhidas sob a sua coordenação, o ministro-chefe do Gabinete Civil teria obtido os meios para de fato argamassar as relações entre o Palácio do Planalto e os líderes parlamentares, que estarão bem mais nitidamente sob o seu controle.

A preparação da mensagem presidencial que será lida no Congresso a 1.º de março já traz assinalada essa maior participação do ministro Leitão de Abreu. Na forma e na concepção, a mensagem explicitará o grau de influência teórica do ministro-chefe do Gabinete Civil sobre os rumos governamentais no campo político e institucional; através dela, os exegetas

terão um primeiro apanhado da fabricação palaciana de teses destinadas a prover a estabilidade política do País até a sucessão presidencial, pelo menos.

Já o presidente do PDS, senador José Sarney, conquanto articulado pelo ministro Leitão de Abreu, tem funcionalmente uma órbita própria de ação, e somente não a terá assumido integralmente se não desejou ultrapassar seus limites convencionais. É de se recordar uma revelação feita poucos dias antes da revelação de sua enfermidade pelo vice-presidente Aureliano Chaves: Sarney, como chefe do partido do governo, poderia exercitar um poder de coordenação político dos mais significativos para a sucessão presidencial, pois na verdade está postado acima do governo e acima de todos os ministros, em termos de seu mandato partidário. No entanto, o presidente do PDS tem-se demitido frequentemente da assunção a tal liderança; como se visse constrangido ou detido por influências que impedem a sedimentação da força partidária.

Na distribuição de espaços de que tratamos, o senador terá a incumbência das relações interpartidárias, providenciando a articulação de contatos e entendimentos de alto nível, entre a cúpula dos partidos, para que o governo possa conduzir sua política dentro de um patamar que possibilite permanentemente a negociação. A conversa acertada para a próxima segunda-feira, entre o senador José Sarney e o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, está dentro dessa linha.

Não influenciará o senador, todavia, nas tratativas que se estabelecerão dentro do prédio do Congresso pelas lideranças dos partidos, à busca de um canal para desaguar os impasses. Esses líderes terão um peso estrutural maior em termos de sua legitimidade para agirem sem o mandato das chefias dos partidos. Essas, representarão um pequeno clube de notáveis que irão de quando em vez testar os assuntos mais pertinentes à sorte geral do País, como o tema da sucessão. Para começar, Sarney, Ulysses, Ivete e Lula terão proximamente a companhia de um noviço, mas não de um novato em política: o deputado Doutel de Andrade, que virá ao clube como novo presidente do PDT.

Por sua vez, o ministro da Justiça é protegido pela Constituição, que o manda relacionar-se com a Federação. O Sr. Abi-Ackel não tem o temperamento de aparecer para as manchetes, nem o gosto das viagens ou das missões, mas certamente, caso ocupe o papel constitucional que lhe está destinado, fincará no Ministério da Justiça o ponto terminal das relações com os novos governadores do PDS e — mais ainda — instituirá um aviso de que estará disponível para receber os governadores da oposição constrangidos de procurarem diretamente o Palácio do Planalto.

Leonardo Mota Neto